



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, VOTO E ESTRUTURA: AVALIANDO O IMPACTO DO
STATUS SOCIOECONÔMICO SOBRE A PREDISPOSIÇÃO DO ELEITOR BRASILEIRO
VOTAR VOLUNTARIAMENTE.**

Gabriel Ávila Casalecchi

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais

gacasalecchi@gmail.com

Natália Nunes Aguiar

Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais

nataliaguilar.cs@gmail.com



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

BELO HORIZONTE

2016

RESUMO: O presente trabalho visa discutir e avaliar em que medida os possíveis impactos da abolição do voto obrigatório sobre a democracia brasileira estariam ligados à estrutura social dos cidadãos do país. Objetiva-se retomar o debate acerca do tema a fim de responder às questões: se introduzido o voto facultativo no Brasil, indivíduos pertencentes a que segmentos sociais teriam maior ou menor propensão a comparecer aos locais de votação e por quê? A hipótese testada é a de que fatores socioeconômicos, cujos mecanismos de atuação são diversos, são fortes preditores da esperada abstenção dos eleitores brasileiros se facultados a votar. Desta maneira, tais fatores têm papel central na probabilidade de comparecimento eleitoral no país, desempenhando tanto efeitos diretos sobre o comportamento político dos eleitores quanto (e principalmente) indiretos, ao afetarem variáveis de cunho individual e cultural. O trabalho conta com dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) referente à eleição nacional de 2014. São utilizados modelos de equação estrutural em complementação às regressões logísticas no apontamento dos mecanismos de causação entre as variáveis mobilizadas.

Palavras-chave: Voto Facultativo, Democracia, Igualdade Política, Abstenção.

ABSTRACT: This paper aims at discussing and analysing the extent to which the possible impacts the abolition of the compulsory voting law may have on Brazilian democracy are related to the social structure of the country citizens. The study intends to approach the debate concerning the subject in order to answer the following questions: if adopted, which kind of Brazilian voters would the facultative voting law bring to the polls and why? The hypothesis being tested states that socio-economic issues, which mechanisms are diverse, are strong predictors of Brazilian voters' expected abstention in case they were able to choose to vote or not. Therefore, such issues have a central role on how likely it is for people to vote or not under non-mandatory voting law. It happens due to the fact that socio-economic variables have direct and (specially) indirect effects over Brazilian voters' behaviour, since such variables influence individual and cultural factors which, in their turn, also impact on voting behaviour. The paper embraces data from the Brazilian Electoral Study (ESEB) regarding to the national election of 2014. Analysis was done with structural equations in order to complement logistic regressions and point out the mechanisms through which the mobilized variables cause abstention or voting.

Key-words: Non-compulsory voting, Democracy, Political Equality, Abstention.

INTRODUÇÃO

A decisão de votar ou abster-se tem explicações variadas, baseadas em correntes teóricas diversas. A literatura destaca a explicação econômica desta decisão, seja ela focada na utilidade marginal do voto para o indivíduo, seja ela focada na clareza (consciência) de pertencimento a uma classe social que é determinada pela posição de seus membros no sistema de produção, concernente à centralidade da posição do indivíduo na sociedade (DOWNS, 1957; FIGUEIREDO, 1991; REIS, 2009). Esta última corrente teórica, conhecida como “Teoria da Centralidade”, leva em consideração uma série de variáveis para explicar a intensidade de participação do indivíduo, especialmente: sua posição econômica (dimensão vertical) e sua experiência geográfica (centro/periferia) (REIS, 2009).

Nota-se que variáveis relacionadas à estrutural social do indivíduo estão concatenadas a outras variáveis relativas às suas disposições individuais de interesse, engajamento e avaliação. Neste sentido, aqueles em situação socialmente desfavorável, a saber: com menor renda, menos escolaridade, que têm cor/raça que os afaste do acesso a variados bens sociais, e que moram em locais mais distantes dos centros urbanos (seja na periferia desses centros ou nas zonas rurais), seriam menos propensos a participar politicamente, o que se verificou através de pesquisas e de taxas de comparecimento eleitoral (Lijphart, 2011; Castillo (2009); Verba, Schlozman e Brady, 1995).

Entretanto, a literatura que se preocupa em estudar os fenômenos relacionados à participação política, ao inserir variáveis de cunho individual (interesse por política, sentimento de eficácia¹, identificação partidária e conhecimento sobre política) e cultural (como o ato de frequentar igrejas que estimulem a participação política e o desenvolvimento de habilidades politicamente valorizadas, como no Modelo do Ativismo Cívico²), chegou à conclusão de que tais variáveis precedem aquelas estruturais na explicação da decisão de votar ou abster-se. Ou seja, independentemente de sua renda, cor ou escolaridade, o indivíduo poderia ter grande propensão a participar politicamente em decorrência de seu interesse por política ou sua identificação com algum partido político, por exemplo. Supostamente, tais achados diminuiriam o poder explicativo de fatores estruturais.

O presente trabalho pretende mostrar mecanismos de atuação de fatores estruturais na decisão do cidadão brasileiro ir votar. A preocupação com tais mecanismos tem fundamento especialmente na obra de Verba, Schlozman e Brady, de 1995, “*Voice and Equality*”, que, a despeito de apontar a possibilidade de efeitos indiretos de variáveis estruturais, através das individuais e culturais, sobre o voto, não lança mão das equações estruturais para analisar como este processo se dá.

Portanto, a análise que o presente trabalho se propõe a realizar entende que, além dos efeitos

¹O sentimento de eficácia interna diz respeito ao poder que o indivíduo crê exercer sobre a política, ao passo que a eficácia externa se relaciona à visão que o eleitor tem da responsividade do governo às suas demandas (BOROWSKI *et al.* 2011).

²Verba, Schlozman e Brady, 1995.

diretos de fatores estruturais sobre a decisão voto, há também efeitos indiretos, através de variáveis individuais e culturais (que as regressões lineares ou logísticas não apresentam). Ou seja, nossa hipótese é de que variáveis individuais e culturais que impactam a decisão de ir votar são explicadas em grande medida por variáveis socioeconômicas, de modo que possam funcionar como mecanismos de atuação dos fatores estruturais sobre a decisão de votar (que muitas vezes são ignorados nas análises), não lhes cabendo apenas o papel de variáveis de controle nas análises.

Para avançar nesse sentido, propomos um modelo de equações estruturais, em que seja possível observar tanto os efeitos diretos, indiretos e totais das variáveis socioeconômicas e individuais. Com isso, retomar a hipótese de que, se adotada a norma do voto facultativo, segmentos sociais em situação desfavorável votariam sistematicamente menos do que aqueles em situação socialmente favorável, estabelecendo-se um hiato de participação eleitoral prejudicial à democracia brasileira.

VOTO OBRIGATÓRIO E IGUALDADE POLÍTICA

O voto é um elemento central e definidor da democracia (Bobbio, 1984; Dahl, 1972). A fim de assegurar que esta atividade seja de fato posta em prática, muitos países adotam a regra da compulsoriedade de comparecimento, amplamente conhecida como voto obrigatório.³ Segundo Araújo (2007), a norma tem origem no século XIX, tendo sido tema de debate entre estudiosos em decorrência tanto de suas implicações normativas (em geral relacionadas aos *trade-offs* entre a valorização das liberdades individuais nas sociedades modernas e a noção de democracia que envolve participação ampla e igualitária do demos), quanto das suas consequências práticas.

Birch (2009), por sua vez, menciona que a origem do voto obrigatório estaria na Suíça medieval e que sua primeira aplicação em eleições modernas teria sido em colônias americanas no século XVII. A primeira República na América Latina a implementar a regra foi a Argentina, em 1912, embora o Brasil já a tivesse adotado em seu período monárquico entre 1824 e 1881.

Helmke e Meguid (2010) apontam a adoção do voto obrigatório por 18 democracias entre 1868 e 1998, enquanto outras nações optaram por adotá-lo em períodos não democráticos, tendo-o mantido em seus processos de democratização. Atualmente, 26 países adotam a norma, dos quais 12 encontram-se na América Latina. O Brasil, que instituiu o voto obrigatório em 1934, período autoritário do Governo Vargas, manteve-o nos períodos democráticos de 1946-1964 e pós-1985, e corresponde ao maior eleitorado compulsório do mundo.

O voto obrigatório incentiva o comparecimento às urnas tanto por aumentar os custos da não participação quanto por geralmente vir acompanhado de outros mecanismos que diminuam os custos de votar (Helmke e Meguid, 2010). Lijphart (1997) aponta seis mecanismos institucionais para maximizar

³Assegurar ampla participação eleitoral não é a única razão de adoção do voto obrigatório, mas a mais recorrente. BIRCH (2009) apresenta, por exemplo, o caso da Tailândia, que introduziu a regra com o intuito de superar a corrupção eleitoral no país.

o comparecimento: uma combinação entre facilitação do alistamento, representação proporcional, eleições não muito frequentes, ocorrendo aos finais de semana, e coincidência das votações para cargos nacionais e locais (eleições de “segunda ordem”⁴). O Brasil, que adota todos estes mecanismos, é, portanto, um Estado que fornece fortes incentivos institucionais para o comparecimento eleitoral.

O último e mais eficaz mecanismo apontado por Lijphart (1997), que aumentaria o comparecimento por si só, seria o voto obrigatório. De fato, embora este não seja o único tipo de incentivo que leva um indivíduo aos pleitos, é responsável por um aumento nas taxas de comparecimento eleitoral. Elkins (2000, p.02) relata um aumento geral em torno de 25% no comparecimento eleitoral em países onde o voto é obrigatório, enquanto Borba, Ribeiro e Silva (2015) mostram que a norma da compulsoriedade eleva em mais de 100% as chances de os eleitores latino-americanos irem votar. Já o Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA) mostra uma diferença percentual de 7,37% entre as taxas de comparecimento de países que contam com a norma em questão e os que facultam aos seus eleitores a decisão de votar.⁵

Uma questão a ser destacada é que a adoção do voto obrigatório não se dá somente em virtude do aumento geral do comparecimento eleitoral, mas porque a norma é vista como equalizadora da participação política, evitando que determinados segmentos sociais, já afetados por desigualdades existentes em outras arenas, permaneçam desfavorecidos na arena política (ELKINS, 2000; HERRMANN DE OLIVEIRA, 1999; LIJPHART, 1997; RIBEIRO, 2013).

Na literatura internacional apontam-se desigualdades nas taxas de comparecimento relacionadas especialmente ao nível de escolaridade, à cor e à renda dos eleitores: 10% de diferença entre os mais e menos escolarizados no Canadá (HERRMANN DE OLIVEIRA, 1999); 37% entre mais e menos escolarizados em 1991 na Suíça (LIJPHART, 1997); 18% entre eleitores regulares com graduação e com no máximo o Ensino Médio (*High School*) completo nos Estados Unidos (Pew Research Center, 2006)⁶; Verba, Nie e Kim (1978 *apud* LIJPHART, 1997), demonstram que na Holanda as taxas de comparecimento caíram da casa dos 90%, com baixo viés de classe, para taxas variantes entre 66% e 87% entre os grupos menos e mais escolarizados após a abolição do voto obrigatório. Do mesmo modo, o comparecimento eleitoral proporcional de negros é historicamente inferior ao de brancos nos Estados Unidos (ARAÚJO, 2007; VERBA, SCHLOZMAN & BRADY, 1995). Além disto, verificam-se importantes vieses no comparecimento eleitoral em relação à renda do eleitor, conforme apresentado por Castillo (2009) para os quintis mais altos e mais baixos de renda, cuja diferença de comparecimento é de 25,9% nos Estados Unidos, 23,2% na Finlândia e 22,4% na Hungria.

O fato de os grupos mais marginalizados serem os que historicamente menos comparecem às eleições gera preocupação com a não visibilidade destes grupos perante o governo, que por isso tenderia

⁴Reif and Schmitt, 1980 *apud* Lijphart, 1997.

⁵Outras referências de trabalhos que abordam as diferenças de taxas de comparecimento entre países que adotam o voto obrigatório e os que adotam o voto facultativo podem ser encontradas em LIJPHART, Arend. Unequal Participation: Democracy's Unresolved Dilemma. *American Political Science Review*, 91, p. 1-14, 1997.

⁶Disponível em <http://www.people-press.org/2006/10/18/who-votes-who-doesnt-and-why/>

a não lhes ser tão responsivo quanto o é em relação aos segmentos politicamente ativos da sociedade (VERBA, SCHLOZMAN & BRADY, 1995; VERBA, 2001). Uma vez que a inclusão das camadas populares na agenda política ocorreu concomitantemente à sua inclusão no cenário participativo, preocupa que, estando afastados do processo cujo *telos* é a escolha de representantes políticos, estes grupos também possam estar distantes da pauta de formulação de políticas públicas (ARAÚJO, 2007; HERRMANN DE OLIVEIRA, 1999; LIJPHART, 1997).

Verba, Schlozman e Brady (1995) apresentam três principais fontes de estímulo à participação política: as redes de contato que chamam o cidadão a participar, os recursos (cognitivos, monetários e de tempo) necessários à participação, e o interesse por política. Para os autores, participação política é a atividade que tem como intenção ou efeito influenciar a ação governamental, direta ou indiretamente. Abster-se de executar alguma atividade que se encaixe neste perfil pode ter, então, diferentes motivos. Quando relacionado à falta de interesse, o não engajamento político não ofereceria prejuízo à democracia segundo os autores. Por outro lado, se todos os cidadãos são livres para participar politicamente e a abstenção de alguns indivíduos é motivada por uma desigualdade de recursos necessários à participação, a qualidade da democracia é comprometida em razão da injustiça de qualquer resposta governamental às demandas desigualmente distribuídas que nele chegaram.

Todavia, na análise específica da modalidade eleitoral de participação política, os autores concluem que o voto seria a maneira menos desigual de participação, sendo bastante singular em relação às demais justamente pelo baixo impacto de variáveis relativas ao status socioeconômico (*SES*) dos indivíduos frente à sua predisposição a votar (excetuando-se a variável renda). Os autores mencionam que a inclusão de variáveis relacionadas ao engajamento político (interesse por política, conhecimento político, sentimento de eficácia e identificação partidária) no modelo faz com que a variável educação surpreendentemente perca significância sobre a decisão de votar.

Outra peculiaridade do voto seria a ausência de efeito das habilidades cívicas, o que seria de se esperar, segundo os autores. Para eles, faz sentido que não seja necessário ter uma boa oratória ou saber organizar um encontro para votar. Já as variáveis de engajamento cívico seriam fortes preditoras da participação eleitoral, sendo o interesse por política a principal delas. É mister destacar que os autores chegam a mencionar que os modelos de regressão em que tais variáveis são omitidas apresentam forte impacto da educação sobre a decisão de votar e que a adição de tais variáveis como tendo um papel interveniente sobre a predisposição ao voto pode demonstrar com maior clareza a maneira pela qual a educação afeta o voto. Verba, Schlozman e Brady (1995) chegam mesmo a dizer que este “efeito não seria direto, mas que ocorreria *através* do engajamento político” (p. 360). Contudo, acabam por concluir que “o que mais importa para ir às urnas não são os recursos disponíveis aos eleitores, mas, na verdade, suas orientações cívicas, especialmente seu interesse por política” (p. 361).

Nota-se, entretanto, que a análise desenvolvida pelos autores tem o intuito de identificar as principais características das distintas modalidades de participação política, estabelecendo uma comparação entre elas tendo sempre em mente a participação eleitoral como referência, já que esta é,

como eles mesmos caracterizam, a modalidade de participação mais estudada e conhecida pela Ciência Política. Seu foco não é, portanto, investigar a fundo uma só modalidade de participação, mesmo porque a ênfase na obra recai sobre aquelas que não estão ligadas à arena eleitoral. Não faz parte do escopo do livro destrinchar os mecanismos de impacto específico de variáveis estruturais sobre o voto, embora a abertura dos autores para a ideia do impacto indireto dessas variáveis e da ação de variáveis individuais e culturais como *mecanismos* de atuação daquelas sobre a participação eleitoral justifique e requeira uma análise mais detalhada sobre a questão. Análise à qual o presente trabalho se dedica.

Assim, justifica-se a investigação empírica dos possíveis impactos da introdução do voto facultativo no Brasil, bem como a hipótese de que as novas taxas de participação venham a distribuir-se de acordo com a realidade socioeconômica do país.

DESENHO DE PESQUISA

Para testar essas hipóteses utilizamos aqui os dados provenientes do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2014. O ESEB 2014 foi aplicado duas semanas após a realização do segundo turno deste pleito a uma amostra de 3.136 eleitores. A amostra nacional teve um nível de confiança estimado em 95% e, margem de erro máxima estimada em 2% (dois) pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.

Nossa variável dependente é uma variável hipotética sobre a possibilidade de ir votar caso o comparecimento eleitoral não fosse obrigatório no Brasil. A pergunta é redigida da seguinte forma no ESEB: “Nas eleições deste ano, se o voto não fosse obrigatório o(a) sr(a) teria ido votar?”. As respostas poderiam ser: sim, não, talvez/depende; não sabe e não respondeu. As categorias foram recodificadas em uma variável binária, de forma que apenas quem respondeu que “sim” foi considerado como um eleitor que potencialmente votaria em caso de uma eleição não obrigatória e todas as demais respostas (não, talvez/depende, não sabe) como potenciais não participantes.

As variáveis independentes do modelo foram selecionadas de forma a replicar o modelo do Voluntarismo Cívico de Verba, Schlozman e Brady (1995), porém com modificações que foram necessárias do ponto de vista operacional. Em primeiro lugar, para os propósitos do nosso argumento, a estrutura analítica foi simplificada em duas grandes dimensões: as variáveis estruturais e as individuais. Nesse primeiro grupo constam apenas duas variáveis⁷: a escolaridade, medida de forma binária entre aqueles que têm nível superior e os que não têm, e a faixa de renda, medida igualmente de forma binária entre aqueles que têm 5 ou mais Salários Mínimos e os que têm abaixo dessa faixa. A explicação para os cortes é a mesma: ao analisar a distribuição do percentual de participação em caso de eleições facultativas pelas diferentes categorias dessas variáveis, notou-se que são a partir desses valores que

⁷ Também rodamos modelos com emprego e conhecimento político, entretanto as variáveis não apresentaram significância estatística e a sua ausência não trouxe diferenças significativas para as demais variáveis do modelo. Portanto, optou-se por excluí-las.

estão as maiores diferenças. Ou seja, é sobretudo a partir desses valores que tanto a renda quanto a escolaridade realmente passam a fazer a diferença na participação.

Para os determinantes individuais foram utilizadas três variáveis que constam no modelo de Verba e colaboradores: o interesse sobre política, a eficácia e a identificação partidária. No questionário do ESEB a pergunta sobre interesse é feita da seguinte forma: “Quanto o(a) sr(a) se interessa por política? O(a) sr(a) diria que é: muito interessado; interessado; pouco interessado, ou nada interessado?”. Para as análises as respostas foram recodificadas de forma a compor uma variável binária juntando-se os que se interessam nada e pouco e os que se interessam e se interessam muito.

Quanto à eficácia política foi feita a seguinte pergunta: Algumas pessoas dizem que faz uma grande diferença quem governa o Brasil. Outras pessoas dizem que não faz diferença quem governa o Brasil. Gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 5, sendo que 1 significa que “não faz nenhuma diferença quem governa o Brasil”, e 5 que “faz uma grande diferença quem governa o Brasil”. As respostas também foram recodificadas em uma nova variável binária, considerando-se as notas 1, 2 e 3 como de baixa eficácia e as notas 4 e 5 como de alta eficácia.

Em relação à identificação com os partidos foi perguntado: “Existe algum partido político que o(a) sr(a) goste mais que os outros?”, tendo como resposta apenas o sim e o não. As respostas foram recodificadas em 0 (não) e 1 (sim) para se tornar uma binária.

Além dessas variáveis que serão mais centrais ao modelo, acrescentamos outros controles como o sexo, faixa etária, região, ocupação (empregado ou não) e a religiosidade (medida a partir da percepção do quanto a pessoa se considera religiosa – muito, algo, pouco ou nada).

Para a estimação dos modelos utilizamos a Regressão Logística, com coeficientes logit. Para a análise dos efeitos diretos, indiretos e totais, foram realizados Modelos de Equação Estrutural (SEE), pelo pacote estatístico GSEM do software STATA versão 13.

RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta o resultado de dois modelos logísticos, o primeiro apenas com as variáveis de cunho sociodemográfico e socioeconômico (estruturais) e a segunda com todas as demais variáveis. Pode-se ver pelos coeficientes que os homens têm mais chance de votar do que as mulheres e que a faixa etária também se mostrou relevante, de forma que os mais velhos são normalmente mais propensos a votar do que os mais jovens. De forma surpreendente, nota-se que a região Sudeste não tem um efeito positivo sobre a participação quando comparado à região Norte. Na realidade, a região tem um coeficiente negativo e estatisticamente não significativo. Por ser a região mais moderna e desenvolvida do país esperava-se justamente a relação contrário, ou seja, que os eleitores residentes do Sudeste fossem justamente os que tivessem a maior probabilidade de participação. A religiosidade alta não se mostrou uma variável relevante para explicar, assim como estar empregado.

O mais importante, no entanto, é que as duas principais variáveis – a renda e a escolaridade –

tivera um efeito positivo e estatisticamente significativo. Ou seja, ter renda alta e escolaridade alta aumenta as chances do comparecimento eleitoral no voto facultativo.

As variáveis individuais, acrescentadas a partir do Modelo 2, mostraram-se ainda mais relevantes do que as variáveis estruturais para explicar o voto. Nota-se, em primeiro lugar, um incremento no Pseudo R2, que passou de 0,04 para 0,11, ou seja, o segundo modelo tem um poder global de explicação maior que o dobro do primeiro. Dentre as variáveis, destaca-se a de interesse por política. O interesse pela política exerce um efeito positivo e estatisticamente significativo sobre a possibilidade de ir votar em caso de voto facultativo. A eficácia política e a identificação partidária também têm um efeito positivo, embora em uma magnitude menor do que o interesse por política.

Mais importante para nossa análise, no entanto, é que a inclusão das variáveis individuais diminuiu a significância e o efeito da renda. Por outro lado, a significância e o efeito, da escolaridade permaneceu praticamente o mesmo. Chegamos aqui a um primeiro resultado relevante da pesquisa: a inclusão das variáveis individuais diminuiu apenas parcialmente o poder explicativo das variáveis estruturais. Tal resultado relativiza o argumento de que são as variáveis individuais, e não as estruturais, que explicariam, em última instância, o comparecimento eleitoral ou, no presente caso, o comparecimento em caso de voto facultativo. Ou seja, os mecanismos que ligam as estruturas sociais ao voto, especialmente a escolaridade, não se esgotam com a intermediação das variáveis individuais – interesse por política, eficácia política e identificação partidária.

Tabela 1 – Determinantes da participação eleitoral em caso de voto não obrigatório.

	Modelo 1		Modelo 2	
	Coefficiente	Erro Padrão	Coefficiente	Erro Padrão
Homem	0.27	0.08	0.16	0.089
	Referência	Referência	Referência	Referência
_idade_1	0.18	0.14	0.14	0.140
_idade_2	0.07	0.143	0.01	0.148
_idade_3	0.09	0.152	0.06	0.157
_idade_4	0.41	0.165	0.40	0.170
_idade_5	0.84	0.175	0.84	0.182
Norte	Referência	Referência	Referência	Referência
Nordeste	0.36	0.173	0.33	0.180
Sudeste	-0.44	0.163	-0.36	0.169
Sul	0.21	0.191	0.18	0.199
Centro-Oeste	-0.48	0.239	-0.45	0.258
Está empregado	0.04	0.093	0.03	0.097
É muito religioso	0.18	0.136	0.12	0.143
Alta renda	0.41	0.126	0.22	0.133
Nível superior	0.61	0.120	0.55	0.125

Tem interesse por política			0.95	0.098
Alta eficácia			0.44	0.113
Identifica-se com um partido			0.70	0.095
Constante	-0.67	0.192	-1.46	0.221
		4%		11%
		2748		2748

*

*

*

FONTE: ESEB 2014

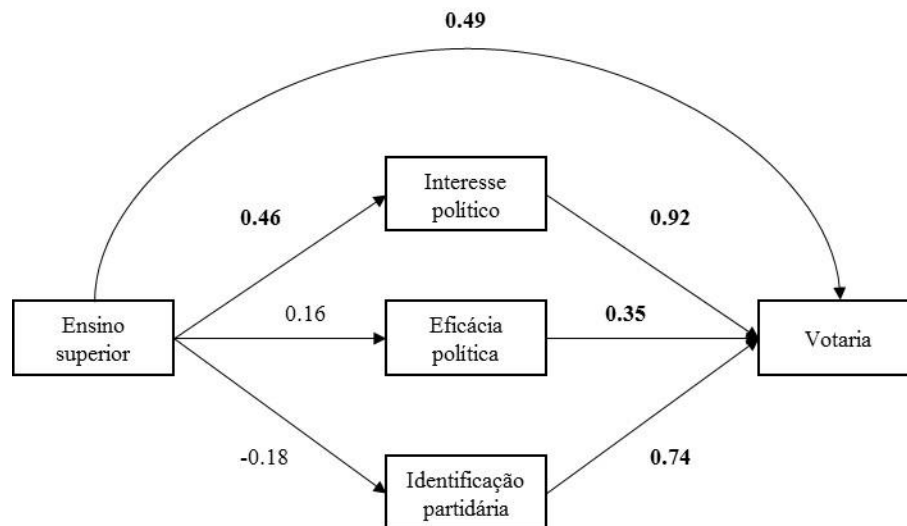
Mas o papel das variáveis estruturais não se encerra aí. Além de mostrara-se mais independente das variáveis individuais do que se supunha, acreditamos que elas tenham um efeito adicional que não é captado com as regressões logísticas. Isso porque as variáveis estruturais também afetam as variáveis individuais que, por sua vez, afetam as chances de ir votar. Ou seja, existe um efeito indireto omitido que acaba subestimando o efeito total exercido pela estrutural social.

Para testar essa hipótese, foi empregada as análises de equação estrutural que tem, como uma de suas funções, identificar os efeitos indiretos, diretos e totais. Para a estimação do modelo foram utilizadas todas as variáveis da regressão anterior. Entretanto, para uma melhor visualização, as Figuras abaixo apresentam apenas o efeito das variáveis estruturais (escolaridade e renda) sobre as variáveis individuais de engajamento – o interesse político, a eficácia e a identificação partidária – que são mais centrais neste estudo e que derivam do modelo original de Verba, Schlozman e Brady (1995). Entretanto, é importante deixar claro que as demais variáveis continuam como controle. As figuras foram separadas unicamente para que os dados pudessem ser apresentados de forma mais clara, primeiramente com os efeitos do ensino superior, depois com a faixa de renda familiar. Sublinha-se, no entanto, que todas as variáveis compõem o mesmo e único modelo de Equação Estrutural.

A figura 1 mostra o efeito da escolaridade sobre as variáveis de interesse e sobre a participação eleitoral. Podemos ver, em primeiro lugar, que o Ensino Superior exerce um efeito direto sobre o voto, positivo e estatisticamente significativo. Entretanto, mais importante do que isso, é que ele também exerce um efeito positivo sobre o interesse político. Este último, por sua vez, afeta positivamente a participação em caso de voto facultativo. Para obter o efeito indireto do ensino superior é preciso multiplicar o seu efeito sobre o interesse pelo efeito deste sobre a participação. O resultado é um coeficiente de 0,42. O efeito total, por sua vez, é o efeito indireto mais o efeito direto, ou seja, a soma de 0,42 por 0,49, o que resulta em um coeficiente de 0,91. Isso implica dizer que o efeito total da escolaridade (nível superior) é quase o dobro do que o seu efeito direto.

É interessante notar, no entanto, que esse efeito ocorre sobre o interesse político, mas não sobre a eficácia e a identificação partidária. Em relação a esse último, embora estatisticamente não significativo, o efeito é, na realidade, negativo. Isso nos leva a concluir que o interesse político é o principal mecanismo que transforma alta escolaridade em participação.

Figura 1 – Efeitos diretos, indiretos e totais da escolaridade sobre a possibilidade de votar



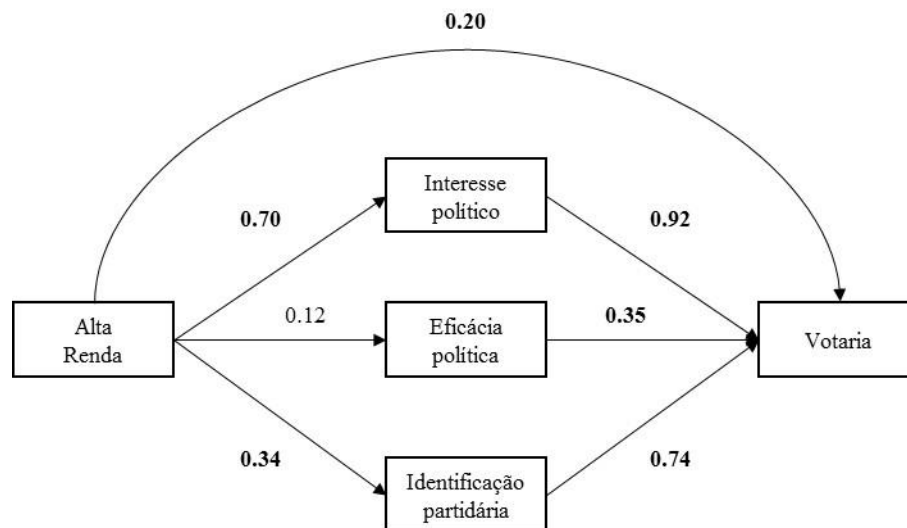
A Figura 2 apresenta os efeitos da alta renda. Nota-se, em primeiro lugar, que o efeito direto da renda é consideravelmente menor do que o da educação, porém ainda estatisticamente significativo. Por outro lado, o efeito sobre o interesse político é ainda maior que o da escolaridade (0,70) e o efeito sobre a identificação partidária é positivo e estatisticamente significativo.

O efeito indireto da renda sobre o interesse é de 0,64 e o efeito total de 0,84. Isso quer dizer que embora o efeito direto da renda seja menor do que o da escolaridade, o seu efeito total é bastante similar. Ao considerar não apenas os efeitos diretos, mas também os efeitos indiretos e globais, a renda volta a ter um papel importante na explicação da participação eleitoral.

Em relação à identificação partidária, o efeito indireto da renda é de 0.25, enquanto o efeito total de 0.45. Esse resultado mostra que, no caso da renda, o interesse político não é o único mecanismo de engajamento cívico que produz participação. A identificação partidária também atua como um segundo mecanismo, de forma que os que tem maior renda tem maior identificação partidária e quem tem maior identificação partidária tem maior chance de comparecer às urnas.

É interessante contrastar as duas figuras em relação aos efeitos sobre a identificação partidária, pois elas caminham para lados opostos: a educação diminui a identificação partidária, e conseqüentemente as chances de comparecimento, enquanto a renda a aumenta. Por outro lado, o interesse por política é um mecanismo presente em ambos os casos. Tanto a escolaridade quanto a renda aumentam o interesse e, por conseguinte, a possibilidade de ir votar.

Figura 2 - Efeitos diretos, indiretos e totais da escolaridade sobre a possibilidade de votar



Esses resultados apontam para uma direção: a complexidade dos caminhos que levam à participação eleitoral, especificamente em um cenário no qual o voto fosse facultativo. Substantivamente, os achados desta pesquisa recolocam uma velha questão da literatura: a reprodução da desigualdade política a partir das desigualdades sociais. Ao considerar o efeito total das variáveis de escolaridade e renda, demonstramos que sua importância pode ser subestimada ao considerar apenas o modelo de regressão simples. Acreditamos que isso deva ser considerado ao se pensar a questão do voto obrigatório. Um dos argumentos centrais para a sua justificativa é justamente o da reprodução das desigualdades. Os resultados aqui encontrados reforçam a suspeita de que caso o voto venha a se tornar facultativo, os menos escolarizados e mais pobres participariam menos. Não só porque são mais desprovidos de recursos, mas porque sua condição inibe o desenvolvimento de atributos individuais, especialmente o interesse por política, mas também a identificação partidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como próximos passos a pesquisa pretende avançar em outras variáveis estruturais, como as regiões, que mostraram um padrão diferente do esperado e que também podem exercer um efeito indireto sobre as variáveis individuais. Além disso, pretendemos explorar outras variáveis individuais, não apenas as de engajamento cívico, mas também aquelas ligadas a avaliação do governo e adesão à democracia. Dessa forma, buscaremos caminhar para um modelo mais completo e complexo, identificando os determinantes e os mecanismos que conformam a decisão do eleitor em comparecer ou não às urnas, mesmo que seu comparecimento não seja obrigatório.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cícero. Voto obrigatório. In: ANASTASIA, Fátima, AVRITZER, Leonardo (Org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 86-89.

BIRCH, Sarah. **Full Participation: A Comparative Study of Compulsory Voting**. New York: United Nations University Press. 2009.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1986.

BORBA, J., RIBEIRO, E. A., SILVA, R. Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, n. 54, p. 91-108, jun. 2015.

BOROWSKI *et al.* Eficacia Política em las Americas. Disponível em: <<http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/I0865es.pdf>> Acesso em 05 mai 2016.

BRASIL. Código Eleitoral de 1965, Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>>. Acesso em 13 jun 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1891. Available on: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm>. Accessed in: 27 September, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Available on: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Accessed in: 02 October, 2014.

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília : Secom, 2014.

DAHL, Robert A. **Democracy and its critics**. New Haven: Yale University Press, 1991.

_____. **Poliarquia: Participação da oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DALLARI, Bruno. O cidadão é responsável pelo Estado: o sentido do voto obrigatório. *Em debate*. Belo Horizonte, v.5, n.4, p. 31-40, Out. 2013.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

ELKINS, Zachary. Quem iria votar? Conhecendo as consequências do voto obrigatório no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. VI, n. 01, p. 109-136, 2000.

FIGUEIREDO, M. **A decisão do voto**: democracia e racionalidade. São Paulo: Sumaré, 1991.

HELMKE, Gretchen; MEGUID, Bonnie M. **Endogenous Institutions**: The Origins of Compulsory Voting Laws. 2010, Disponível em: <https://www.rochester.edu/college/faculty/bmeguid/Endogenous_Institutions_Helmke_Meguid_May_2010.pdf> Acesso em 29 mar 2016.

HERRMANN DE OLIVEIRA, Luzia Helena. Voto obrigatório e equidade: um estudo de caso. *São Paulo em Perspectiva*, v. 13, n. 04, p. 144-152, 1999.

JAIME-CASTILLO, Antonio M. **Economic Inequality and Electoral Participation**: A Cross-Country Evaluation. 2009. Disponível em: <http://www.cses.org/plancom/2009Toronto/CSES_2009Toronto_JaimeCastillo.pdf> Acesso em 29 mar 2016.

KASARA, Kimuli e SURYANARAYAN, Pavithra. When do the rich vote less than the poor and why? Explaining Turnout Inequality across the World. *American Journal of Political Science*, v. 59, n. 03, p. 613 – 627, julho 2015.

KRISHNA, Anirudh. **Poverty, Participation, and Democracy**: A Global Perspective. New York: Cambridge University Press, 2008.

LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Unequal Participation: Democracy's Unresolved Dilemma. *American Political Science Review*, 91, p. 1-14, 1997.

OLSON, Mancur. **A Lógica da ação coletiva**: Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Editora Edusp. 1999.

POWER, Timothy. Compulsory for Whom? Mandatory Voting and Electoral Participation in Brazil,

1986-2006, *Journal of Politics in Latin America*, 1, 1, p. 97-122, 2009.

REIS, FW. Mercado e Utopia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Identidade, política e a teoria da escolha racional. pp. 60-83. ISBN: 978-85-99662-79-3. Available from SciELO Books .

RENNÓ, L.; SMITH, A.E.; LAYTON, M.L.; BATISTA, F. 2011. **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil**: uma visão da cidadania. São Paulo: Intermeios, 2011.

RIBEIRO, Ednaldo A. Voto compulsório e desigualdade na participação política. *Em debate*. Belo Horizonte, v.5, n.4, p.41-48, Out. 2013.

RIBEIRO, Renato Janine. Sobre o voto obrigatório. Disponível em: <<http://www.renatojanine.pro.br/brasil/sobreovoto.html>>. Acesso em 30 set 2015.

ROSENSTONE Steven J.; WOLFINGER Raymond E. **Who votes?** New Haven: Yale University Press. 1980.

SOARES, Paulo Henrique. **Vantagens e desvantagens do voto obrigatório e do facultativo**. 2004. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-6-vantagens-e-desvantagens-do-voto-obrigatorio-e-do-voto-facultativo>>. Acesso em 6 mai 2016.

VERBA, Sidney. **Political Equality: What Is It? Why Do We Want It?** 2001. Disponível em: <<https://www.russellsage.org/sites/all/files/u4/Verba.pdf>> Acesso em 25 fev 2016.

VERBA, S., SCHLOZMAN, K. L. & BRADY, H. E. **Voice and Equality**: Civic Voluntarism in American Politics. Cambridge: Harvard University Press, 1995.